Comunicado da Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos e da Polícia Judiciária:

Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos, Polícia Judiciária e seis concessionárias / subconcessionárias de jogo criam mecanismo para combater os *websites* de jogo ilegais

Desde a liberalização do jogo, os criminosos têm vindo a aproveitar-se da popularidade do sector do jogo de Macau, para fingirem ser da Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos (DICJ) ou das concessionárias / subconcessionárias de jogo de Macau na criação de *websites* de jogo ilegais, a fim de atrair jogadores e praticar burla, causando não só prejuízos patrimoniais aos turistas e aos residentes, mas também afecta negativamente a imagem da RAEM enquanto cidade turística. Para o efeito, a DICJ, em conjunto com a PJ, reuniu-se, recentemente (dia 23), com os representantes na área de tecnologias de informação das seis concessionárias / subconcessionárias, com vista a discutir as medidas de combate aos *websites* de jogo ilegais e criar mecanismos de acção conjunta.

Na reunião, o chefe substituto do Departamento de Inspecção de Jogos, Alexandre Alves Rodrigues, referiu que a DICJ dispõe de pessoal especializado que através de pesquisas periódicas na *internet* e das informações relativas às queixas e denúncias apresentadas pelos residentes, entrega regularmente informações recolhidas relativas a *websites* de jogo ilegais à PJ, para que os serviços responsáveis pela execução da lei acompanhem a situação e apresentem às respectivas entidades a proposta de remoção e bloqueio dos *websites* relacionados com o jogo ilegal, a fim de combater as actividades ilegais de jogo *online*.

O chefe do Departamento de Investigação de Crimes relacionados com o Jogo e Económicos da PJ, Sou Sio Keong, frisou que a partir de 2018, a PJ tomou a iniciativa de proceder à verificação e análise destes tipos de endereços *web*, exigindo às respectivas empresas de registo de nomes de domínios de rede do estrangeiro ou às empresas de armazenamento de servidores que adoptem medidas para bloquear e remover estes *websites* relacionados com o jogo ilegal em Macau. Entre os quais, 361 foram bloqueados em 2018, 177 em 2019, 275 em 2020, e 1352 em 2021, pelo que, durante os 4 anos, foram bloqueados no total 2165 *websites* de jogo falsos a falsificar a DICJ e as concessionárias / subconcessionárias de jogo, no sentido de reduzir o acesso do público aos *websites* ilegais e evitar que os residentes e turistas sejam enganados.

A DICJ, a PJ e o sector do jogo, através desta reunião de trabalho, empenharam-se, de forma eficaz, em conjunto entre as três partes para lidar nos trabalhos de bloqueio de *websites* de jogo ilegais falsificados, adoptando o modelo de funcionamento do

mecanismo de acção conjunta de acordo com a "descoberta por iniciativa própria", a "partilha de informações" e a "disposição conjunta" em relação aos *websites* de jogo ilegais. Além disso, está planeada a implementação do respectivo mecanismo no dia 1 de Abril de 2022, acreditando-se que sob o mecanismo de resposta e cooperação tripartida no que diz respeito à execução da lei, à supervisão e à disposição das concessionárias / subconcessionárias aos *websites* relacionados com o jogo ilegal, consegue-se reduzir eficazmente as oportunidades de burla aos residentes e aos turistas, a fim de garantir a segurança pública, mantendo a imagem da cidade, favorecendo o desenvolvimento saudável do sector do jogo de Macau.



O chefe substituto do Departamento de Inspecção de Jogos da DICJ, Alexandre Alves Rodrigues, o chefe da 1.ª Divisão de Inspecção da DICJ, Paulo Jorge Moreira Castelo Basaloco, a chefe da 2.ª Divisão de Inspecção da DICJ, Ieong Hoi Ian, o chefe do Departamento de Investigação de Crimes relacionados com o Jogo e Económicos da PJ, Sou Sio Keong, o chefe da Divisão de Investigação de Crimes Informáticos, Long Hon Wai, e entre outras chefias, estiveram presentes na reunião com 14 representantes das concessionárias / subconcessionárias.



A DICJ continuará a manter estreita ligação e cooperação com a PJ e o sector do jogo, combatendo em conjunto os *websites* de jogo ilegais, com vista a garantir a segurança pública e manter a imagem da cidade, favorecendo o desenvolvimento saudável do sector do jogo de Macau.

Macau, aos 25 de Março de 2022